

O Desenvolvimento e a Sustentabilidade Ampliada e Progressiva

Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias.

O conceito de desenvolvimento sustentável está em construção. Seu ponto de partida foi o compromisso político, em nível internacional, com um modelo de desenvolvimento em novas bases, que compatibilizasse as necessidades de crescimento com a redução da pobreza e a conservação ambiental. Esse desafio implica assumir que os princípios e premissas que devem orientar a sua implementação são, ainda, experimentais e dependem, antes de tudo, de um processo social em que os atores pactuem gradativa e sucessivamente novos consensos em torno de uma agenda possível, rumo ao futuro que se deseja sustentável.

- A dimensão ética, onde se destaca o reconhecimento de que no almejado equilíbrio ecológico está em jogo mais do que um padrão duradouro de organização da sociedade; está em jogo a vida dos seres e da própria espécie humana (gerações futuras);
- A dimensão temporal, que determina a necessidade de planejar em longo prazo, rompendo com a lógica imediatista, e estabelece o princípio da precaução (adotado em várias convenções internacionais, de que o Brasil é signatário e que tem, internamente, força de lei, com a ratificação pelo Congresso);
- A dimensão social, que expressa o consenso de que só uma sociedade sustentável – menos desigual e com pluralismo político – pode produzir o desenvolvimento sustentável;
- A dimensão prática, que reconhece necessária a mudança de hábitos de produção, de consumo e de comportamentos.

A base conceitual da Agenda 21 aponta, em síntese, para a importância de se construir um programa de transição que contemple as questões centrais - reduzir a degradação do meio ambiente e, simultaneamente, a pobreza e as desigualdades - e contribua para a sustentabilidade progressiva.

Progressividade não significa adiar decisões e ações vitais para a sustentabilidade, e sim, retirar, paulatinamente, a legitimidade de mecanismos e instrumentos que contribuem para que a economia e a sociedade permaneçam em bases insustentáveis.

Para isso, é preciso romper o círculo vicioso da produção, que além de prejudicial ao meio ambiente, exclui dos benefícios que gera, grande parte da sociedade. É preciso, portanto, promover um círculo virtuoso, em que a produção obedeça a critérios de conservação ambiental duradouros, e de aperfeiçoamento progressivo nos padrões de distribuição e renda.